CONSTITUINTE NA RETA FINAL

# Revisão e renumeração do texto vai terminar hoje

da Constituinte, auxiliado subrelatores Konder Reis e José Fogaça, conclui hoje o trabalho de



revisão e renumeração do texto da Constituição votada em primeiro turno para acionar os computadores do Prodasen — Servico de Processamento de Dados do Senado — durante à noite. Segun-da-feira, à tarde, entregarà o texto ao presidente em exercicio da Constituinte, senador Mauro Benevides, reduzido em pelo menos 30 artigos

O trabalho de aperfeiçoamento do texto iniciado ontem à tarde pelos relatores adjuntos, quando Bernardo Cabral ainda se encontrava no Nordeste proferindo conferências, obedece a alguns critérios que permitirão a redução do número de dispositivos da nova Constituição. Artigos que, por exemplo, estão no corpo per-manente da Constituição mas representam medidas de caráter transitório, passam para as

disposições finais do projeto. Alguns artigos subordinados a

temas contemplados em outros, passam a ser paragrafos. As repetições serão eliminadas e elas são muitas: "O Brasil deve propugnar pela convivência pacifica entre os povos"... E em outro trecho: "Deve buscar a convivência em paz com a humanidade". Para o senador José Fogaça, dizer uma coisa três vezes não a torna mais verdadeira que uma vez só, e este é outro principio para revisão do texto. Há ainda, por exemplo, assuntos tratados no Sociais, do Titulo II — Direitos Sociais, do Titulo II — Direitos e Garantias Individuais, que são literalmente repetidos no Titulo VIII, da Ordem Social.

O senador Mauro Benevides, presidente em aversion de Construidante em aversion de Construida

presidente em exercico da Constituinte, informou ontem que recebera o trabalho revisado segunda-feira a tarde. Terça-feira envia para impressão e quarta feira entregarà um exemplar a cada Constituinte. Quinta-feira, às 14h30, presidirá a primeira sessão para discussão do projeto. Serão cinco sessões de discussão, com 20 minutos para cada lider e um livro de inscrições para oradores.

### Esquerda enfrentará "centrão"

Fortaleza — O deputado cons-tituinte Genoino Neto (PT-SP) disse ontem em Fortaleza, onde veio participar do lançamento da candidatura do seu irmão, José Nobre Guimarães, a vereador de Fortaleza, que o seu partido e as outras agremiações de esquerda se unirão para garantir as conquistas dos trabalhadores obtidas durante o primeiro turno da Constituinte. Genoino explicou que a idéia dos partidos considerados esquerdistas é manter a unidade no segundo turno da Constituinte, para impedir que o Centrão elimine os avanços conquistados nas áreas do direito social e ordem econô-

Além disso, esses partidos querem retirar do texto aprovado alguns pontos que, na sua opinião, inviabilizam a reforma agrária. Genoino Neto acredita, entretanto, que os partidos de esquerda não

Título IV

terão muita dificuldade em manter essas conquistas e alcançar novos avanços no segundo período de votação da Constituinte, por entender que o Centrão "é uma força instavel e não tem coerência em todos os pontos". Para ele, o Centrão dificilmente mantera sua unidade no segundo turno, porque tem representantes na UDR, no empresariado urbano e setores, acima de tudo, governistas, o que, na sua opinião, "dificulta a hegemonia da direita".

Ele concorda com a tese de que o PT deve assinar a nova Cons-tituição, porque houve avanços significativos no setor social, ao contrário do que defendem militantes petistas de vários estados do Pais. Genoíno Neto acha que o PT só deve decidir em não subscrever o texto aprovado pela Constituinte se forem suprimidas as conquistas

Mandato presidencial

Poder Legislativo

Concessões de

A duração do mandato dos futuros

presidentes da República será de cinco anos, sem direito à reeleição.

O Congresso Nacional terà

poder para alterar o orçamento da União, desde que indique as origens

de quaisquer novos recursos, ao contrario do que ocorre atualmente

quando a Câmara e o Senado não decidem sobre a política financeira

canais de rádio e TV

apreciar atos de concessão e renovação de concessão de

emissoras de rádio e televisão.

O Judiciário brasileiro

Poder Judiciário

Legislativo

## Da Organização dos Poderes

A nova Carta mantém o sistema presidencialista de governo e fixa o mandato dos futuros presidentes da República, em cinco anos. Enquanto o Congresso Nacional restabelece suas prerrogativas suspensas após o movimento militar de 1964.

Com as suas novas atribuições. o Poder Legislativo poderá alte-rár o orçamento da União, até hoje de competência exclusiva do Executivo. Caberá também aos deputados e senadores apreciar átos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisao. outro assunto que atualmente e decidido unicamente pelo Palácio do Planalto e o Ministério das Comunicações.

Foi criada ainda a Comissão de Fiscalização do Congresso que poderá vetar ou negar medidas

legislativas e recursos financeiros para a viabilização de um projeto ou obra do Executivo.

Também o Poder Legislativo foi reestruturado totalmente. Entre as inovações está a separação da Procuradoria-Geral da República em Procuradoria Geral da União e Advocaia Geral da União

#### Sistema de governo

O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República qua rá como auxiliares os ministros se

Título V

reestruturado. A principal inovação é a divisão da atual Procuradoria Geral da República em duas partes: Procuradoria Geral da União, responsável pela defesa dos direitos da sociedade e Advogacia Geral da União, que fará a defesa das ações do Governo.

### Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

O futuro texto constitucional traz avanços em relação à Constituição em vigor; o papel das Forças Armadas foi mantido e foi criado o Estado de Defesa - em lugar das medidas de emergência que permite atos excepcionais do Poder Executivo, por até um mês, sem que o Congresso

Nacional seja ouvido.

O Estado de Defesa poderá ser ecretado pelo Presidente da República e o decreto determinará tempo de sua duração. O texto determina que ele não podera durar mais que trinta dias, mas o Executivo poderá reeditá-lo sempre que julgar necessário.

#### Forças Armadas

As Forças Armadas são responsaveis pela defesa da pátria, cum-primento da lei e da ordem e garantia dos poderes constitucionais.

#### Estado de Defesa

Fica mantido o Estado de Sitio nos moldes previstos na atual Cons-tituição. No lugar do Estado e Medidas de Emergência foi ins-tituido o Estado de Defesa que podera ser decretado pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o de Defesa Nacional, para manter a ordem pública e a paz social.

Título VI

### Da Tributação e Orçamento

A reforma tributária reivindicada pelos Estados e municípios está no texto aprovado no primeiro turno de votação. A modificação hão significa um repasse maior do orçamento da União e sim o recolhimento direto de alguns imposos pelas administrações estaduais e municipais.

Acabam os impostos únicos, mas os Estados e municípios passam a ser responsáveis pela manutenção dos serviços de energia elétrica, combustiveis e lubrificantes, comunicações, minerais e transportes.

As leis orçamentárias da União são competência do Poder Exetutivo que deverá elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

#### Reforma tributária

Ficam extintos os atuais impostos únicos sobre energia elétrica, combustiveis e lubrificantes, comunicações, minerais e transportes que hoje são arrecadados pela União. Isso fará com que a arrecadação da União caia de 50 para 38% enquanto que a dos Estados aumenta de 35 para 40% e a dos municípios de 15 para 22.

#### Empréstimos compulsórios

Os empréstimos compulsórios so poderão ser instituidos, através de lei complementar, para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública e de



Integrantes do Centrão querem obter novas e importantes vitórias Título VII

### Da Ordem Econômica

O Titulo da Ordem Econômica da nova Constituição se caracteriza por estabelecer uma definição clara o que é empresa nacional e o que se define como empresa de capital estrangeiro. O conteúdo desse titulo é nacionalista e preve também que o estado protegerá a indústria nacional em determinados setores, estabelecendo assim o principio da reserva de mercado. A exploração do subsolo e dos recursos minerais foram nacionalizados.

O texto estabelece ainda outras medidas inovadoras, como a definição dos critérios para se fazer uma reforma urbana. Os terrenos que estiverem sem edificações poderão ser desapropriados. Em relação a reforma agrária não saiu como os progressistas queriam, mas mesmo assim as terras consideradas improdutivas poderão ser desapropriadas por interesse social se não tiverem cumprindo a sua função social. As benfeitoras das propriedades terão que ser pagas em dinheiro.

Será permitido que o Estado in-terfira na economia, desde que para atender a objetivos de segurança nacional ou ao interesse coletivo. A Ordem econômica será um dos principais pontos a serem atacados por liberais e conservadores no 2º turno de votações.

#### Reforma agrária

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa in-denização em títulos da divida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

#### Reforma urbana

As desapropriações dos imóveis urbanos devem ser pagos em dinheiro, mas os terrenos que estiverem sem edificações podem ser desapropriados e as indenizações pagas com títulos da dívida pú-blica.

#### Intervenção do Estado na economia

Será permitida a intervenção do Estado na economia desde que atenda aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

#### Empresa estrangeira

O investimento de capital es-trangeiro sera disciplinado por lei ordinaria e com base no interesse nacional. A lei também vai disciplinar a remessa de lucro dessas

#### Título VIII

#### Da Ordem Social

O último titulo das Disposições Permanentes da nova Constituição tem como principal avanco o aumento das verbas destinadas para a Educação. Os recursos repassados pela União para o setor sobem de 13 para 18%, mas os estados e municipios continuam a investir 25% da sua receita na educação.

O novo texto cria o sistema único de saúde que terá como prioridade o trabalho de prevenção contra acidentes e doenças. Fica proibida a comercialização do sangue e de seus derivados.

A aposentadoria passa a ser proporcional para a mulher. O aposentado receberá o valor médios dos últimos 36 meses, corrigidos de acordo com o valor da OTN mensal.

Fica proibida a censura de caráter político ou ideológico, bem como foi criado o Conselho Nacional de Comunicação, órgão auxiliar do Congresso.

A questão do aborto somente será decidida pela legislação com-plementar, mas o divórcio é permitido após um ano de separação legal ou por dois anos, no caso de separação de fato.

Com a promulgação da Cons-tituição, neam delimitadas as áreas de preservação do meio am-biente. O novo texto constitucional elimina também a distinção entre indios aculturados e não-aculturados.

#### Aposentadoria

A Previdência Social estende para a mulher a aposentadoria proporcional que será permitida apos 25 anos de serviço, enquanto que para o homem é mantido o período de 30 anos de trabalho. O aposentado receberá o valor médio dos últimos 36 meses, corrigidos de acordo com o valor da OTN de cada

#### Educação

A principal modificação é o aumento das verbas destinadas à Educação. Os recursos da União passam de 13 para 18% de sua receita, enquanto os estados e municípios continuam aplicando 25 % do seu orçamento.

#### Saúde

Foi criado o sistema único de saúde, que dará prioridade às ações de prevenção contra enfer-midades. E livre a participação da iniciativa privada no setor, mas fica proibida a destinação de verbas públicas para o atendimento.

#### Divórcio

A dissolução do casamento civil pode ser feita desde que haja separação legal por mais de um ano ou separação de fato por mais de

### Anistia dos

Fica institucionalizado o "calote". A Constituinte aprovou a anistia do pagamento da correção monetária dos empréstimos feitos por micro e pequenos, empresários e produtores rurais (mini e pe quenos) durante a vigência do Plano Cruzado. A anistia só se aplica para quem tomou, inicialmente, empréstimos de até 5.000 OTN e proprietários de no máximo cinco módulos rurais. A Constituinte brindou os proprietários rurais com uma anistia mais ampla: ficam isentos do pagamento de correção monetária os empréstimos feitos entre 28-02-86 e 31-12-87

#### Mapa do Brasil

A República Federativa do Brasil é formada por 26 estados e nenhum território. A Constituinte dividiu o estado de Goiás em dois, criando, ao Norte, o Tocantins. Os



Os progressistas se unirão para manter conquistas do 1º turno

Título IX

### Ato das Disposições Gerais e Transitórias

Nos 76 artigos das Disposições Transitórias existem dispositivos que simplesmente regulamentam o que está estabelecido na parte permanente, casuísmos e também absurdos constitucionais. Nele está desde a duração do mandato do presidente José Sarney até uma Comissão formada por membros do Legislativo, Judiciário e Executivo, encarregados de promover as comemorações do centenário da Proclamação da República e da primeira Constituição repu-blicana do Brasil. Há também a regulamentação do ensino de História do País, que deverá levar em conta a participação das diversas etnias que formaram o povo brasileiro, e a obrigatoriedade de impressão e distribuição de exemplares populares da nova Constituição.

"Casuismo", "absurdo" e "jus-tica" são alguns dos adjetivos dados a emenda que anistiou do pagamento da correção monetária os pequenos e microempresários e os produtores rurais que fizeram empréstimos durante o Plano Cruzado. Absurdo, não há dúvida, é anistiar também os financiamentos rurais obtidos de 28.02.86 até

Nesse título foi aprovado o fim dos "marajás" no funcionalismo publico e a revisão de todas as atuais aposentadorias. A reforma agrária poderá ser maior do que se esperava: serão expropriadas sumariamente todas as terras onde forem localizadas plantações de psicotrópicos, não tendo o pro-prietário direito a indenização.

### O fim dos "marajás"

Os salários dos "marajás" serão imediatamente reduzidos após a promulgação da futura Cons-tituição. Todos os adicionais e que trariando 08 principios estabelecidos na parte permanente do texto serão cortados, de maneira que nenhum servidor receba salario maior do que o dos ocupantes dos cargos máximos de cada um dos três poderes.

### microempresários e produtores rurais

(quase um ano após o Cruzado).

territórios de Amapá e Roraima

foram elevados a Estado e o de Fernando de Noronha fica anexado ao Estado de Pernambuco.

Ficam estabilizados no serviço

#### "Trem" da estabilidade

público, cerca de 90 mil empregados da administração direta, in-direta, estatais e fundações que estejam ocupando seus cargos há mais de 5 anos. O dispositivo não dá direito de efetivação no quadro de carreiras, perdendo o benefi-ciado direito as ascenções e promoções funcionais.

#### Multa do FGTS

Até que seja elaborada legis-lação específica, os empregadores que demitirem empregados, sem justa causa, após a promulgação da Constituição, terão que pagar uma multa equivalente a 40% do FGTS. Hoje, a multa é de 10%

#### Revisão das aposentadorias

As pensões e aposentadorias concedidas antes da promulgação da Constituição serão revistas de maneira que seja estabelecido o seu valor real, correspondente à data de sua concessão.

#### Anistia aos servidores civis

Ficam anistiados todos os servidores públicos civis da administração direta (exceto os exempregados dos ministérios militares), indireta, empresas estatais e fundações que tenham sido demitidos a partir de agosto de 1978 com base na lei de greve. A readmissão desses servidores aos orgãos de origem está assegurada.

#### Contratos de risco

As Disposições Transitórias acabam os contratos mas asse-guram a validade dos já existentes até o fim do prazo contratual permitem o funcionamento das refinarias amparadas pelo decreto 2.004, de outubro de 1953.

#### Zona Franca

A Zona Franca de Manaus existirá, pelo menos, até o ano de 2.013. A Constituinte assegurou por 25 anos suas características de area livre de comércio de exportação e importação, favorecida por incentivos fiscais,

### Pensões vitalícias

Os ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participaram das atividades na 2º Guerra Mundial, têm direito ao recebimento de pensões equivalentes ao salário de um 2º tenente das Forças Armadas. — que poderão ser requeridas a qualquer momento por eles, suas viuvas ou dependentes diretos.

Os "Soldados da Borracha" que foram convocados em 1946 para explorar seringais na Amazônia - têm direito ao recebimento vitalício de pensão equivalente a dois salários minimos. Tanto eles quanto seus dependentes terão que comprovar, no entanto, carência financeira para terem direito ao beneficio.

## O desafio da nova Constituição

João Gilberto Lucas Coelho

As grandes linhas da futura Cons tituição estão definidas e, apesar de al-gumas alterações pontualmente sig-nificativas que ainda possam acontecer, já compartam análises e for-mulações de cenários adiante e pers-pectivas.

È preciso compreender o processo onstituinte brasileiro no seu contexto histórico e social. Não houve uma revolução vitoriosa ou uma inversão abrupta da correlação de forças. A Constituinte reproduziria, então, um tipo de estrutura capaz de ser refor-mada, mas, não substituída por outra. Não havia como, por exemplo, revogar o sistema capitalista e implantar o socialismo através desta Assembléia, para isto ocorrer, o fato ter-se-ia dado antes e na nascente do poder constituinte e não no seu decorrente exer-

Por outro lado, algumas dimensões não habituais em outros países carac-terizam o tecido social em torno da elaboração constitucional. Uma delas, o generalizado anseio de resolver todas as questões na futura Constituição, desde os infimos detalhes reguláveis por atos administrativos, até funda-

mentais desafios como a fome, a moradía... Outra dimensão, é a do ex-cessivo corporativismo que marca profundamente o comportamento grupal, impedindo uma visão geral de Nação, a definição de metas globais, e tornando muito enfáticas as reivin-dicações setoriais e de categoria. Talvez, isto explique a ausência de grandes manifestações de massa em favor de causas democráticas, nacionais ou populares, enquanto foram prodigas e intensas as pressões e mobilizações de segmentos sociais.

Compreendido o processo na raiz e no seu ambiente, è preciso, ainda, as-sinalar a coincidência com uma dramática crise de conjuntura, econômica, política e social, que minou profun-damente a opinião pública e semeou desencantos, sofrimentos e descrenças.

A pesar de tudo, no entanto, a forma de escrever a nova Constituição foi aberta e criativa. Sugestões de enti-dades associativas — mais de onze mil, audiências públicas nas subcomissões desnudando a realidade da sociedade de forma intensa e ampla, e as emendas populares, com mais de doze milhões de assinaturas e sua pluralidade temática, não podem ser desprezadas. Comparados aos processos anteriores e aos de outros países, estes mecanismos

demonstram um saudável avanço par-ticipativo. Espalha-se hoje, irresponsavelmente, a versão de que as emendas populares foram desprezadas ou não assimiladas, quando um levan-tamento de todas elas e a comparação ao texto, facilmente prova que a grande maioria teve conteúdos acolhidos e trabalhados pelos constituintes.

O texto a que se chegou, neste primeiro turno, é interessante, con-traditório, rico e plural. Muito parecido com a comunidade brasileira. Consideráveis conquistas e algumas derrotas para o conservadorismo.

Uma análise globalizante, indicaria algumas tendências do novo texto: fortalecimento da cidadania; novos di-reitos e garantias, inclusive a inovadora visão de direitos coletivos; reconhecimento estatal para com a so-ciedade civil e suas formas organizadas que terdo papel na formação do poder; conteúdo nacionalista num momento em que Governo, empresários e até militares perdem facilmente a noção de interesse nacional e aderem a um des-controlado internacionalismo; descentralização na execução de políticas, embora com planos e programas nacio-nais; tentativa de um estado de bem estar social, com a responsabilização do poder público e o conceito de "função

social" atingindo o Estado, a empresa e a propriedade; temas novos, como meio ambiente, ciência e tecnología, cooperativismo, consumidor e outros; for-mulação dos objetivos nacionais permanentes na própria Constituição. Ao lado destes, citaria o apego a um tradicionalismo quanto à propriedade digno dos tempos de Hobbes, mas, não do século vinte e um, como a mais forte presença conservadora, diferente mesmo de autros países capitalistas. Ou a permanência dos sinais de tutela militar, outro ponto de apenas discreta

Enfim, uma Constituição detaihista como foi reivindicada em cada manifestação setorial; contraditória, num es-pelho de nossa realidade; e porta aber-ta de muitos avanços, com fortes traços inovadores. A resistência que se sente diante dela é fruto de uma incoerência bem brasileira: todos falam em mudanças, descentralização, distribuição, recuperação dos poderes Legislativo ou Judiciário mas, na hora de praticar, ninguém quer ceder ou bancar o custo n do novo.

João Gilberto Coelho è diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte-UnB